

Contabilidade Geral

Contabilidade de Custos

Contabilidade Gerencial

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Teoria da Contabilidade

Princípios e Normas Contábeis

Auditoria Contábil

Perícia Contábil

Controladoria

Conteúdo de Formação Básica

Exame de Suficiência contábil: uma análise dos conteúdos de formação profissional nas provas de 2011 a 2015

O estabelecimento de uma política de expansão do ensino superior no Brasil fez com que o número de novos cursos de graduação aumentasse de forma considerável. O aumento de cursos de graduação em Ciências Contábeis e a busca de se analisar se esses concluintes estão aptos para exercer a profissão levaram o Conselho Federal de Contabilidade a adotar o Exame de Suficiência para os estudantes de Contabilidade. A prova aborda diversos pontos que foram trabalhados na graduação dos estudantes, inclusive os assuntos que estão ligados à formação profissional do contador. Esse estudo tem por objetivo analisar o comportamento dos conteúdos referentes à formação profissional e os resultados obtidos nessas questões dos Exames de Suficiência contábil de 2011 a 2015, totalizando 10 edições. A metodologia utilizada é classificada como descritiva, documental e predominantemente quantitativa. Os resultados obtidos correspondem à quantidade de questões de cada disciplina, com o detalhamento do seu conteúdo programático; à análise dos acertos nas questões de formação profissional; e à correlação entre esse acerto na matéria e a aprovação dos estudantes. Entre os principais resultados, aponta-se que a disciplina com maior volume de questões foi a de Contabilidade Geral, com 146 questões das 500 possíveis. A maior média de acerto de questões entre as disciplinas é a de Perícia Contábil. Conclui-se que o foco principal do Exame é com relação às questões de formação profissional, com 76% do total de questões, e que a disciplina com maior destaque é a de Contabilidade Geral, cujo conteúdo programático é o maior entre todas as disciplinas listadas no Edital, sendo plenamente justificável pela quantidade de situações que envolvem o uso da disciplina no dia a dia do profissional da contabilidade.

Herbert Augusto Gomes Bezerra

É bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2016. E-mail: bezerraherbert@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Wenner Gláucio Lopes Lucena

Doutor em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN (2011), é professor-adjunto III da Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é coordenador do curso de Graduação em Ciências Contábeis UFPB e avaliador de curso de Graduação e Tecnológico, "Presencial" e "a Distância" do Ministério da Educação (MEC/SINAES). Atua como docente e orientador no curso de Mestrado do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFPB. Participa como pesquisador de vários grupos de pesquisa cadastrado no CNPq. Email: wdlucena@yahoo.com.br

1474 – Recebido em 2/3/17. Distribuído em 2/3/17 e 17/4/17. Pedido de revisão em 2/5/17. Resubmetido pelo autor em 10/5/17. Aprovado em 23/5/17, na quarta rodada, por três membros do Conselho Editorial. Publicado na edição julho-agosto de 2017. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

A melhoria na educação promove benefícios notáveis em uma sociedade, caracterizando-se, assim, como um instrumento fundamental de avanço de um território. Segundo Silva e Rosa (2016, p. 95), a educação é a principal fonte de desenvolvimento social de um país e, a partir dela, o indivíduo aprimora seu intelecto e sabedoria. Portanto, o Governo deve ser capaz de fornecer a educação de modo que se desenvolvam as habilidades profissionais desse indivíduo.

O estabelecimento de uma política de expansão do ensino superior, no começo do século XXI, no Brasil, a partir do Plano Nacional de Educação de 2001, fez com que o número de novos cursos de graduação aumentasse de forma considerável. Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a partir da Síntese Estatística da Educação Superior, no ano de 2016, apontam que o número de matrículas, tanto em instituições públicas quanto privadas, aumentou cerca de 146% de 2000 a 2015.

Porém, de acordo com Castilho (2013), com o crescente aumento de novos cursos, a educação brasileira necessita de um controle na qualidade do ensino. Para verificar essa qualidade, é necessário que exames sejam realizados para comprovar se esses cursos estão adequados com os requisitos solicitados pelo Ministério da Educação (MEC), como, por exemplo, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

O aumento considerável de cursos de graduação em Ciências Contábeis e de graduados, junto com a necessidade de analisar se esses concluintes estão aptos a exercer a profissão, levaram o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a partir da resolução CFC n.º 853/1999, a adotar, desde o ano de 2000, o Exame de Suficiência (ES) para bacharéis e técnicos em contabilidade. Porém, de acordo com Bugarrim et al. (2014, p.126), o CFC feriu o princípio constitucional do Livre Exercício Profissional, pelo fato de ter instituído essa obrigatoriedade por meio de ato normativo, assim, suspendendo a aplicação do exame.

A Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, regulamenta que a fiscalização do exercício da profissão contábil deverá ser exercida pelo CFC e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC). Sendo assim, o Art. 12, da referida lei, diz que os profissionais somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso em Ciências Contábeis, aprovação no Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional a que estiverem sujeitos.

A prova do Exame de Suficiência aborda diversos pontos que foram trabalhados na graduação do estudante, especialmente os assuntos que estão diretamente ligados à formação profissional do estudante de Ciências Contábeis. Ao longo das avaliações, a quantidade de questões referentes a esses assuntos se destacam em relação aos demais pontos cobrados no edital do exame.

A Resolução n.º 10 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES),

de 16 de dezembro de 2004, em seu Art. 6, inciso II, trata os conteúdos de formação profissional da seguinte forma:

[...] estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado.

No Exame de Suficiência, de acordo com o edital do 1º exame de 2016, com base no Art. 6º da Resolução CFC n.º 1.486 de 2015, considera-se que os conteúdos ligados diretamente a essa temática envolvem a Contabilidade Geral, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Princípios e Normas Contábeis, Teoria da Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil e Controladoria.

Sendo assim, as disciplinas que compõem os conteúdos referentes à formação profissional exercem um papel fundamental para a formação do futuro profissional da contabilidade. Observando a importância do Exame de Suficiência para os futuros contadores, surge assim a problemática do presente trabalho: **Qual o comportamento dos conteúdos referentes à formação profissional e os resultados obtidos nessas questões nos Exames de Suficiência contábil de 2011 a 2015?**

Tem-se como objetivo geral analisar o comportamento dos conteúdos referentes à formação profissional e



os resultados obtidos nessas questões nos Exames de Suficiência contábil de 2011 a 2015. Especificamente, identificar a frequência das questões que envolvam a formação profissional – Contabilidade Geral, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Princípios e Normas Contábeis, Teoria da Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil e Controladoria – ao longo dos exames estudados e analisar os acertos dos alunos nas disciplinas de formação profissional no período da amostra.

A habilidade nessa área de conhecimento é fundamental na formação do profissional da contabilidade, pois é nesse campo que se encontram as disciplinas essenciais para a atuação do profissional da contabilidade no mercado de trabalho. Dessa forma, o Exame de Suficiência buscará medir o aprendizado do estudante na área da escrituração de uma forma geral; o conhecimento com relação à Contabilidade de Custos e Gerencial; a atuação do profissional da contabilidade de entidades do setor público, nos exames de Auditoria e Perícia Contábil; e o entendimento a respeito dos princípios e normas que regem a Contabilidade de uma forma geral.

Analisar o modo com que o CFC, junto com a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), aborda essa temática, a partir dos exames aplicados, mostrará como o conselho de classe foca nessa área do conhecimento. Além disso, essa pesquisa auxiliará àqueles que irão prestar o exame, norteando-os a partir dos resultados obtidos após a observação das questões aplicadas.

2. Fundamentação Teórica

2.1 O ensino superior de Ciências Contábeis

O estudo da Contabilidade no Brasil passou por diversas mudan-

ças até chegar no modelo atual de ensino. De acordo com Peleias et al. (2007, p. 22), essas mudanças históricas aconteceram passando pela criação, ainda no século XIX, das aulas de comércio e do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, entrando no século XX, com a adoção do ensino de comércio, na primeira década; os cursos profissionalizantes, na segunda década; a criação do ensino superior, nos anos 40; e a criação da pós-graduação em Contabilidade, nos anos 70.

Atualmente, o curso de Ciências Contábeis é um dos mais procurados pelos estudantes ingressantes no ensino superior. De acordo com os dados fornecidos pelo Inep, a partir das Sinopses da Educação Superior disponíveis em sua página virtual, apontam que, no ano de 2015, o curso só não teve matrículas superiores em graduações presenciais com relação aos cursos de Direito, Administração, Pedagogia e Engenharia Civil, mas foi o quinto curso mais procurado.

A evolução das matrículas e a quantidade de cursos de graduação presenciais estão diretamente ligadas à evolução do ensino superior como um todo. O número de matrículas de 2001 para 2015 foi de 133.866 para 266.095, representando, assim, um aumento

aproximado de 99% nesse quesito, conforme Gráfico 1.

Esse aumento é similar com relação ao total de matrículas em cursos de graduação de uma maneira geral, que, de acordo com os dados do Inep, em 2016, passou de 3.030.754 estudantes matriculados, em 2001, para 6.633.545 matrículas, em 2015.

Rosa e Silva (2016, p.99) afirmam que, com base nesse cenário histórico, é possível verificar que a capacidade de oferta dos cursos de Ciências Contábeis tem sofrido mudanças que demonstram a relevância do curso e a sua capacidade de expansão.

A partir desses dados descritos, é possível entender que a evolução dos cursos de graduação em Ciências Contábeis está ligada diretamente à necessidade da atuação do profissional da contabilidade no mercado de trabalho atual.

2.1.1 Organização curricular do curso de Ciências Contábeis por formação

No presente, as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis são seguidas a partir da Resolução n.º 10, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior, de 16 de dezembro de 2004. Tal resolução, além de instituir as diretrizes curricu-

Gráfico 1 - Matrículas em Ciências Contábeis em cursos presenciais



Fonte: Sinopse da Educação Superior, Inep (2016).

lares, afirma que os cursos de graduação em Ciências Contábeis devem apresentar condições para que os futuros profissionais da contabilidade possam compreender questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras nos diferentes tipos de organização, seja no âmbito nacional ou internacional (Art. 3, Resolução n.º 10 CNE/CSE).

Nela são estipulados os componentes curriculares básicos que as IES devem seguir, buscando, por exemplo, o conhecimento econômico e financeiro nacional e internacional e proporcionando a harmonização com os padrões e normas internacionais. De acordo com a resolução, esses conteúdos são divididos em três pontos: Formação Básica, Formação Profissional e Formação Teórico-Prática.

Segundo a Resolução n.º 10 do CNE/CES, no seu Art. 5º, incisos I, II e III, são compreendidos os assuntos de Formação Básica, Profissional e Teórico-Prática da seguinte forma:

- I- Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- II- Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- III- Conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricu-

lar Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

Deste modo, percebe-se a preocupação dos legisladores em fazer com que o curso de graduação em Ciências Contábeis seja o mais completo possível, fazendo com que o futuro profissional tenha passado pelo aprendizado básico e profissional, além da qualidade dele em ter o domínio prático desses conteúdos ainda nas IES.

2.2 Exame de Suficiência contábil

O Exame de Suficiência contábil é uma avaliação organizada pelo Conselho Federal de Contabilidade e executada pela Fundação Brasileira de Contabilidade, que possui como missão elaborar e aplicar a prova.

A prova foi instituída a partir do ano de 2000, sendo regida pela Resolução do CFC n.º 853/1999, de 28 de julho de 1999, tendo sua prova aplicada até o ano de 2005, quando, por meio de uma liminar, o exame foi suspenso, pois eram questionados a sua legitimidade e seu efeito, tendo em vista que o decreto do CFC não se constituía uma lei federal. Após 5 anos, a Lei n.º 12.249/2010 estabeleceu que, a partir dela, o exercício da profissão contábil teria como componente obrigatório a aprovação dos recém-graduados em prova de suficiência.

Um dos maiores objetivos para a introdução do exame foi o grande aumento dos cursos de ensino superior em Contabilidade e, a partir disto, o CFC buscou verificar se os

recém-graduados estavam aptos a exercer a profissão contábil.

Como trata Borges (2015, p. 18), o exame se constitui como uma forma que o CFC busca para sanar deficiências sejam elas de caráter da qualidade do profissional da contabilidade ou em que se melhore a qualidade do ensino das instituições.

De acordo com o Edital da primeira edição do exame de 2016, elaborado pelo CFC em conjunto com a FBC, o exame tem como objetivo “comprovar conhecimentos médios, consoante aos conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis.”

Sendo assim, a realização do Exame de Suficiência contábil é necessária para mensurar o conhecimento dos estudantes que estão deixando a graduação. Desse modo, a sociedade receberá um profissional capaz de realizar suas funções, atendendo à demanda dos usuários que necessitam das informações contábeis.

2.2.1 A prova do Exame de Suficiência

O exame é elemento fundamental para a obtenção do registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Desde o momento inicial, a avaliação é aplicada duas vezes ao ano, semestralmente, no mesmo dia e horário, em todo o território nacional.

De acordo com o Edital da primeira edição do exame de 2016, poderá se inscrever apenas aquele aluno que estiver no último ano de graduação ou tê-la concluído. Atualmente, a prova é de caráter objetivo, trazendo 50 questões de múltipla escolha, valendo cada uma igualmente um ponto. O aluno aprovado será aquele que conseguir êxito em 50% das questões ou mais, totalizando o mínimo de 25 questões corretas.

O Edital do último exame aplicado trouxe os assuntos abrangidos e seu conteúdo programático em 13 pontos: Auditoria Contábil, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade de Custos, Contabilidade Geral, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Legislação e Ética Profissional, Língua Portuguesa, Matemática Financeira e Estatística, Noções de Direito, Perícia Contábil, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade e Teoria da Contabilidade.

Observa-se, assim, que os conteúdos abordados na prova correspondem àquilo que é sugerido na Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, além do que é posto na Resolução n.º 10 do CNE/CES, de 16 de dezembro de 2004.

3. Metodologia

De acordo com os objetivos estabelecidos neste trabalho, a pesquisa se classifica como descritiva, pois busca registrar, analisar e interpretar os dados coletados, descrevendo como o conteúdo das disciplinas que se enquadram na área de atuação da formação profissional está sendo aplicado nos Exames de Suficiência.

Segundo Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto à técnica utilizada, a pesquisa é classificada como documental, pois foram analisadas planilhas apresentadas pelo CFC com relação ao desempenho dos estudantes nas provas do Exame de Suficiência, além das provas aplicadas nos exames de 2011/1 a 2015/2 e o seu Edital. De acordo com Gil (2002, p. 45), a pesquisa documental se utiliza de materiais que ainda não receberam nenhum tipo de tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa pode ser classificada como quantitativa, pois, a partir dos dados coletados, foram utilizadas ferramentas estatísticas, como, por exemplo, a média para a resposta da questão do trabalho.

A pesquisa foi realizada a partir das provas aplicadas nos Exames de Suficiência entre os anos de 2011 e 2015, totalizando 10 avaliações. A partir delas, foram identificadas as questões que se enquadram no conteúdo relacionado à formação profissional, de acordo com a Re-

solução n.º 10 do CNE/CES de 2004, que são as disciplinas Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade Gerencial, Princípios e Normas Contábeis, Teoria da Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil e Controladoria.

Posteriormente, partiu-se para a análise do relatório estatístico fornecido pelo CFC junto com a FBC, disponíveis na página virtual do próprio Conselho. O relatório utilizado para essa análise foi o de ‘Acertos por Conteúdo’, em que mostra a quantidade de acerto de todas as disciplinas que compõem a prova – sejam elas de características de Formação Básica ou Profissional. Esse relatório foi utilizado para a resposta do objetivo da análise do desempenho dos alunos nas disciplinas específicas, apontando quais disciplinas possuem os piores resultados e melhores resultados; e médias das disciplinas ao longo dos Exames de Suficiência estudados.

Para a resposta dos objetivos destacados no estudo, foi utilizado o *software* Microsoft Excel 2013, aplicativo que faz parte do pacote Microsoft Office. Tal *software* foi utilizado para cálculos matemáticos e preparação de gráficos, tabelas e quadros referentes aos resultados desta pesquisa.

“O exame é elemento fundamental para a obtenção do registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Desde o momento inicial, a avaliação é aplicada duas vezes ao ano, semestralmente, no mesmo dia e horário, em todo o território nacional.”

Da população total de provas, desde a primeira edição do Exame de Suficiência, em 2000, contabilizou-se um total de 22 provas, 11 delas no período entre 2000 e 2005, em que a instituição do exame ainda era regida pela Resolução do CFC n.º 853, de 1999. Foram utilizados como amostra os exames entre 2011 até 2015, totalizando assim uma amostra de 10 avaliações aplicadas. As conclusões encontradas nesse estudo serão unicamente referentes ao período de 2011 a 2015, desconsiderando as provas realizadas antes da vigência da Lei n.º 12.249/2010, que fez com que o Exame de Suficiência tivesse caráter obrigatório para a obtenção do registro de classe.

4. Resultados da Pesquisa

As análises das questões a que se referem este estudo correspondem ao período de 2011 a 2015, totalizando, assim, 10 avaliações aplicadas do Exame de Suficiência contábil. Para o tratamento das informações, com fins de alcançar os objetivos deste trabalho, foi utilizada a planilha eletrônica Microsoft Excel 2013, para cálculos matemáticos e estatísticos e a realização de gráficos e tabelas ilustrativas.

4.1 Frequência das disciplinas no ES

Atendendo ao primeiro objetivo específico deste trabalho, que consiste em verificar a frequência com que as disciplinas, que englobam os conteúdos de formação profissional, apareceram nos Exames de Suficiência da primeira edição do ano

de 2011 à segunda edição do ano de 2015.

A partir da análise das avaliações, encontra-se que a média de questões referentes ao conteúdo de formação profissional é de aproximadamente 38 questões por edição. De uma forma total, entre as 500 questões possíveis de serem aplicadas, 378 questões são referentes aos conteúdos de formação profissional, representando, assim, 76% do total das questões; já as 122 questões restantes, ou 24% do total, englobam as disciplinas de Matemática Financeira, Estatística, Noções de Direito, Legislação e Ética Profissional e Língua Portuguesa, que compõem os conteúdos de Formação Básica do profissional da contabilidade. A partir do

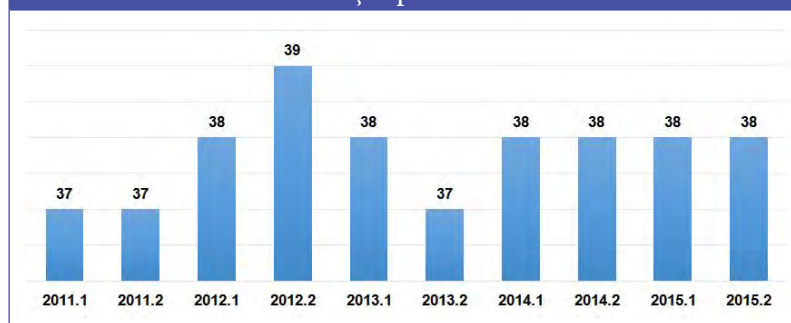
Gráfico 4, será mostrada a quantidade de questões por exame do conteúdo referente à formação profissional no período analisado.

Após a separação por disciplinas, a Tabela 1 mostra a totalidade de questões de cada disciplina em relação ao total de questões possíveis no Exame de Suficiência no período analisado.

4.2 Análise dos acertos por disciplina

Para o cumprimento dos objetivos desta pesquisa, nesse momento serão utilizados os relatórios estatísticos fornecidos pelo CFC e pela FBC no ano de 2016. Os relatórios utilizados aqui serão os de "Acerto por Conteúdo". Serão analisados os acertos dos estudantes com relação às disciplinas específicas de formação profissional. A Tabela 2 apre-

Gráfico 2 - Quantidade de questões do conteúdo de formação profissional



Fonte: elaboração própria (2016).

Tabela 1 – Análise da amostra por questões

Disciplina	Questões na Amostra
Contabilidade Geral	146
Contabilidade de Custos	45
Contabilidade Gerencial	40
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	30
Teoria da Contabilidade	22
Princípios e Normas Contábeis	39
Auditoria Contábil	32
Perícia Contábil	22
Controladoria	2
Conteúdo de Formação Básica	122
Total de Questões	500

Fonte: elaboração própria (2016).

sentará a porcentagem de acertos dos estudantes nos exames específicos.

De acordo com a Tabela 2 apresentada, as disciplinas que possuem os melhores resultados dentro da amostra analisada, a partir da média dos resultados durante as edições, são as disciplinas Perícia Contábil e Auditoria Contábil, com, respectivamente, uma média de acertos de 58,30% e 53,19%. Dos 10 exames analisados, em 7 deles os estudantes obtiveram um resultado superior a 50% nesse índice de acerto.

Perícia apresenta o maior índice de acerto de questões entre as disciplinas de formação profissional em quatro edições (2011.2, 2012.1, 2012.2 e 2014.2). Já Auditoria teve o melhor resultado dentre as demais nas edições de 2013.2 e 2015.2. Nas outras edições, os estudantes tiveram o melhor aproveitamento nas disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2011.1), Contabilidade Gerencial (2013.1), Teoria da Contabilidade (2014.1) e Contabilidade Geral (2015.1).

Com relação às disciplinas que apresentaram os piores resultados médios, estão as disciplinas Princípios e Normas Contábeis em primeiro lugar e, em seguida, a disciplina Contabilidade Geral, com, respectivamente, um valor de 38,06% e 41,38%.

A disciplina Princípios e Normas Contábeis obteve o pior resultado dos estudantes nos exames de 2012.2, 2014.2 e 2015.1. A disciplina Contabilidade Geral não apresentou o pior resultado em nenhum dos exames analisados, porém obteve uma porcentagem de acertos, em regra, nunca superior a 50% das questões, com exceção do exame de 2015.1 com 51,88% de acerto. As outras disciplinas que apresentaram os piores resultados em exames específicos foram Contabilidade de Custos

(2011.1, 2013.1, 2014.1), Contabilidade Gerencial (2012.1, 2015.2), Teoria da Contabilidade (2011.2) e Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2013.2).

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo verificar de que forma os conteúdos referentes à formação profissional estavam sendo aplicados no Exame de Suficiência contábil. Para isso, foram analisados 10 exames aplicados entre os anos de 2011 a 2015, quando se buscou enumerar a quantidade de questões referentes a cada disciplina, classificando o seu assunto de acordo com o edital do exame e buscando a existência da correlação entre a porcentagem de acertos por questão com a porcentagem de aprovação na prova.

No primeiro momento, observa-se que a quantidade de questões referente a essa temática representa a maioria das questões dos Exames de Suficiência analisados, com uma média de 38 questões por avaliação e representando 76% da totalidade. Dentro deste campo, a disciplina Contabilidade Geral é a que apresenta a maior quantidade de questões. De um total de 500 questões, 146 foram especificamente a respeito desta disciplina, possuindo mais destaque na prova do que o total de questões que compõe os conteúdos de formação básica.

Esse fenômeno pode ser justificado pelo grande número de situações que envolvem o uso da disciplina no dia a dia de um profissional da contabilidade; além disso, o seu conteúdo programático é o maior dentre todas as outras disciplinas listadas no edital, inclusive das que fazem parte também dos conteúdos de formação básica. As demais disciplinas de formação profissional apresentaram de 9% a 4% do total de questões referentes ao período analisado, com exceção da disciplina de Controladoria, que se mostrou como uma disciplina que não é frequentemente abordada nas avaliações. No período analisado, apenas duas questões entre as possíveis foram a respeito dessa matéria.

No que concerne aos acertos dos estudantes nas questões de formação profissional, conclui-se que a disciplina cujos estudantes possuem mais facilidade para responder às questões são as de Perícia e Auditoria Contábil, com bons índices de acerto em todas as avaliações analisadas.

Os piores resultados ficam por conta da disciplina de Princípios e Normas Contábeis, podendo ser justificado esse baixo resultado devido a uma maior técnica para se responderem às questões que envolvam textos de Normas e Resoluções do CFC. Pode-se inferir que a grande maioria dos estudantes não possui o domínio

Tabela 2 – Acertos por disciplina dos estudantes

Disciplinas	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	Média
Contabilidade Geral	48,28	42,95	36,01	39,77	40,74	43,83	35,57	40,77	51,88	34	41,38
Contabilidade de Custos	34,66	55,71	55,69	38,89	28,86	46,27	34,47	44,71	48,73	35,68	42,37
Contabilidade Gerencial	37,86	59,96	35,01	42,28	49,39	65,42	49,22	35,4	44,02	26,94	44,55
Contabilidade Pública	57,24	46,04	54,11	46	44,31	25,4	47,1	46,16	46,96	48,28	46,16
Teoria da Contabilidade	47,85	33,96	58,33	35,77	0	49,43	75,95	38,52	49,75	29,55	46,57
Princípios e Normas	54,96	39,08	39,58	26,08	37,19	32,34	37,17	32,89	40,05	41,29	38,06
Auditoria Contábil	41,25	62,36	48,44	44,14	49,15	68,3	46,81	70,49	42,93	58	53,19
Perícia Contábil	50,23	74,99	78,71	63,42	49,11	53,86	54,52	73,23	46,16	38,79	58,30
Média por Avaliação	46,54	51,88	50,74	42,04	42,68	48,11	47,6	47,77	46,31	39,06	46,32

Fonte: elaboração própria (2016).

necessário com esse assunto específico.

Contabilidade Geral apresentou-se como a segunda disciplina com resultado mais baixo. O fato de a disciplina Contabilidade Geral possuir o maior dos conteúdos programáticos no edital do exame, pode-se justificar esse mal resultado dos estudantes em função da maior carga de assuntos, podendo a banca examinadora aplicar um maior leque de questões com assuntos distintos. Fatos desse tipo podem ser vistos, por

exemplo, nas questões que possuem interdisciplinaridade de tópicos que compõe o conteúdo programático de Contabilidade Geral.

A partir da análise da quantidade de questões, conclui-se que a disciplina Contabilidade Geral se faz determinante na possível aprovação do estudante, pois no período analisado a média de questões por prova dessa temática é de aproximadamente 15 questões de um total de 50 possíveis, representando assim 30% de toda prova.

Como sugestões para estudos futuros, podem-se verificar as questões dos Exames de Suficiência que não fazem parte da amostra desta pesquisa, que são os exames antes da vigência da Lei que institui o Exame como fundamento obrigatório para a obtenção do título de contador. Além disso, pode-se fazer a comparação entre o que era cobrado, nesse período de tempo, pelo Conselho Federal de Contabilidade com o que é cobrado nos exames mais atuais, a partir do ano de 2016.

6. Referências

BRASIL. *Lei n.º 12.249, de 11 de Junho de 2010*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112249.htm >. Acesso em: 20 ago 2016.

BORGES, Vitor Aleixo Dutra; *Exame de Suficiência Contábil: Uma análise do conteúdo das provas a partir da grade curricular adotada pelas Instituições de Ensino Superior*, 2015. 33 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: < http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11119/1/2015_VitorAleixoDutraBorges.pdf >. Acesso em: 21 ago 2016.

BUGARIM, M. C. C. et al. Análise Histórica dos Resultados do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 121-136, jan./abr. 2016. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/rcc/article/viewFile/33455/22671> >. Acesso em: 14 nov 2016.

CASTILHO, Eduardo Soares de. *Qualidade do ensino de custos na UFG: uma visão em relação ao Exame de Suficiência*, 2013. 32f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: < <http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/1328/1/Eduardo%20Soares.pdf> >. Acesso em: 20 ago 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). *Resolução n.º 1.486, de 15 de maio de 2015*. Disponível em: < http://cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1486.doc >. Acesso em: 20 ago 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC. *Resolução n.º 853, de 28 de julho de 1999*. Disponível em: < http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1999/000853 >. Acesso em: 20 ago 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Relatórios estatísticos do Exame de Suficiência*. Disponível em: < <http://cfc.org.br/registro/exame-de-suficiencia/relatorios-estatisticos-do-exame-de-suficiencia/> > Acesso em: 21 ago 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; Câmara de Educação Superior. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. *Resolução n.º 10, de 16 de Dezembro de 2004*. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf >. Acesso em: 11 ago 2016.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisas*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da educação superior 2013: resumo técnico*. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf > Acesso em: 21 ago 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior*. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> > Acesso em: 20 ago 2016.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade & Finanças*. São Paulo, v. 30, p. 19 – 32, jun. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf> >. Acesso em: 20 ago 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014*. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192 >. Acesso em: 21 ago 2016.

SINDICATO DAS MANTEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. *Mapa do ensino superior no Brasil 2015*. Disponível em: < <http://convergiacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf> >. Acesso em: 20 ago 2016.

SILVA, Gustavo Miguel dos Santos da; ROSA, Fabricia Silva da. O curso de Ciências Contábeis no Brasil: um estudo sobre as políticas públicas de ensino superior e seu reflexo na oferta e na demanda no período de 2001 a 2013. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*. Salvador, v. 6, n. 2, p. 94-111, mai/ago. 2016. Disponível em: < <http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/viewFile/1834/1651> >. Acesso em: 20 ago 2016.
